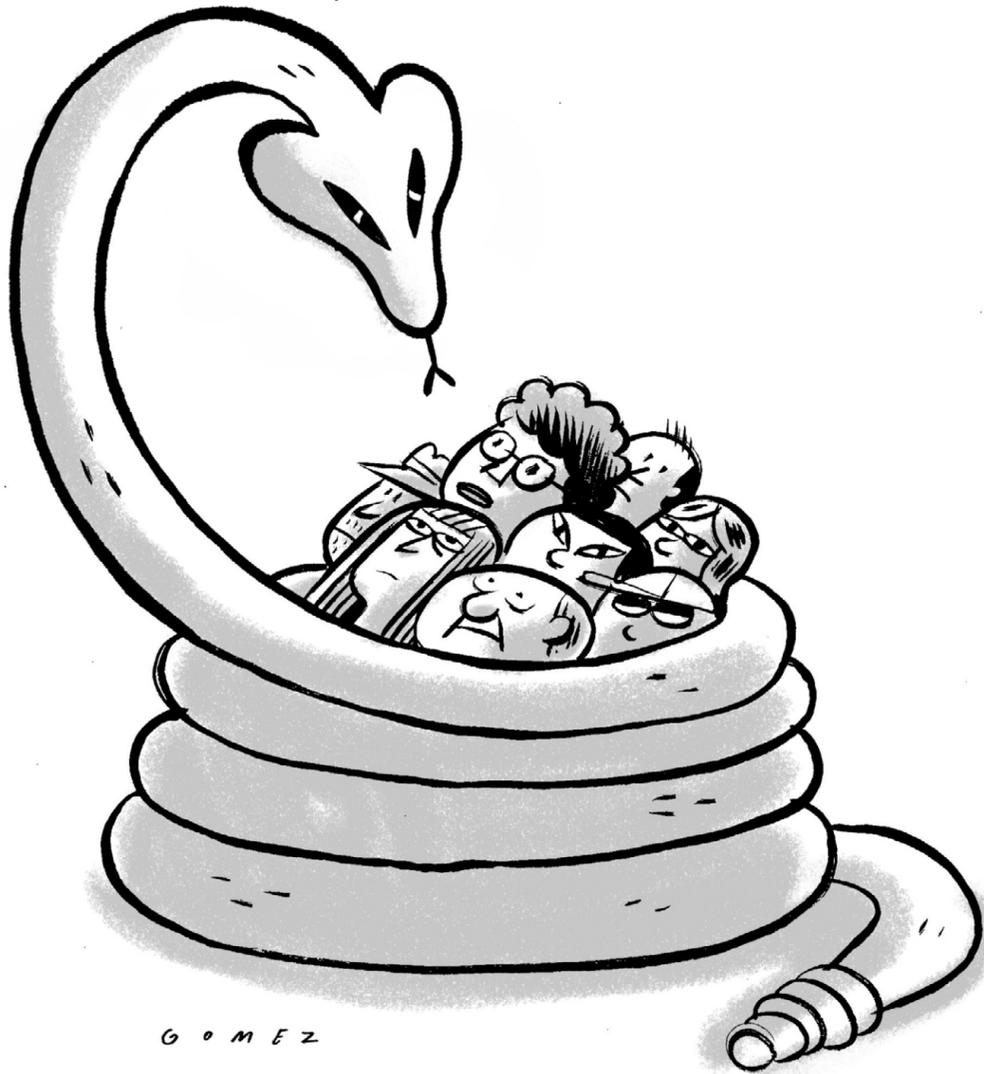


As dívidas da democracia

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)



Os fatos recentes mostram que a democracia brasileira foi salva por uma questão de sorte. Foi sorte que, dessa vez, a máfia golpista fosse incompetente e liderada por um presidente despreparado, militar da reserva que por pouco não foi expulso do Exército por indisciplina, na década de 1980. A situação teria sido diferente se no lugar do capitão endiabrado estivesse um general respeitado na tropa, com um mínimo de capacidade de articulação e de pensamento estratégico. Foi por sorte que alguns comandantes optaram pela omissão, no lugar do apoio ao golpe. Foi sorte que havia no STF um Alexandre de Moraes com vontade, coragem e obsessão para enfrentar golpistas; sem um juízo tão comprometido o golpe não teria sido barrado.

A democracia sobreviveu, mas no lugar de solidez mostrou fragilidade, sobrevivendo por circunstâncias que podem não se repetir nos anos adiante quando outra vez militares tentarem golpear a democracia. Afinal, a história brasileira está repleta de tentativas parecidas, desde a própria proclamação da República. Para ter solidez que impeça tentativas de golpes por militares de direita ou de esquerda, a democracia precisa pagar três dívidas com o povo, com a nação e com ela própria.

Difícil ter uma democracia sólida com um sistema social em que eleitores vivem em condomínios de luxo, com altas rendas e todas as facilidades do mundo moderno, enquanto outros se espremem em favelas sem serviços básicos, sem emprego e sem renda. As democracias aleijadas pela

desigualdade social abissal excluíam do voto a parte de população enjeitada socialmente. África do Sul e Estados Unidos negaram direito de voto aos negros, o Brasil imperial negava aos escravos, depois aos que não tinham propriedade e, até recentemente, aos analfabetos. A solidez da democracia estava no direito ao voto apenas para os beneficiados da economia. Nossa democracia continuará incompleta e frágil enquanto não executar estratégia para abolir a exclusão social superando a tragédia da pobreza.

É frágil a democracia em uma sociedade cujo sistema escolar se divide em "escolas senzala" e "escolas casa grande". A democracia em um sistema de apartação social está sempre sob a tentação de desprezar a eleição do presidente, seja por revolta das favelas, para derrubar os muros dos condomínios, seja por golpe dos privilegiados para manter os muros.

Sobretudo, é frágil a democracia que trata suas Forças Armadas como uma corporação separada do conjunto da sociedade, como um poder em si, independente do poder civil, permitindo que esteja sempre pronta para intervir no processo político. Para eliminar a sorte como fator de garantia da democracia, o Brasil precisa eliminar a tradição intervencionista de nossas Forças Armadas, sob o argumento, muitas vezes verdadeiro, da incompetência e corrupção dos políticos.

A democracia sólida precisa respeitar os eleitos, usando a Constituição para substituí-los quando for preciso. Para isso, é necessário pagar a dívida

que a democracia tem há 50 anos, reformando as Forças Armadas para adaptá-las ao processo democrático e serem exclusivamente elementos de defesa das fronteiras, não de intervenção política.

Para deixar de basear-se na sorte, a democracia brasileira precisa pagar suas dívidas e enfrentar as questões social, educacional e militar. Executar estratégias para cumprir a missão de erradicação da persistente pobreza de nosso povo. Fazer reformas necessárias para acabar com a tentação intervencionista das Forças Armadas, subordinando os militares aos interesses da nação e do povo. E também quebrar o corporativismo que faz do Brasil um arquipélago de grupos sociais sem sentimento nacional. Precisa enfrentar a questão educacional com a implantação de um sistema público único de educação de base com qualidade para todos, sem o qual o Brasil não quebra a mãe do golpismo: o corporativismo que impede o sentimento de nação entre sindicatos, universidades, empresas e especialmente na ideologia e na prática da corporação armada que se arvora independente do poder civil dos eleitores.

Dessas três questões não enfrentadas nos 50 anos da redemocratização, ficou claro que a questão mais urgente é a militar. As Forças Armadas precisam ser redesenhadas para se adaptar aos modernos instrumentos de defesa baseados na ciência e na tecnologia; devem ser menos Forças Armadas e mais Forças de Defesa das fronteiras. E suas academias devem receber jovens com educação de base completa adquirida no mundo civil.

Desafios do PNE: rumo a uma educação transformadora

» FÁTIMA SOUSA
Professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília

A Conferência Nacional de Educação, realizada na Universidade de Brasília de 28 a 30 de janeiro último, com a participação de delegados de todos os Estados da Federação, observadores nacionais e internacionais, debateu os eixos estruturantes à elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), para os próximos dez anos (2024-2034). Um debate cuja centralidade foi reafirmar a educação como um bem civilizatório, um direito humano fundamental, assegurada por uma política de Estado que promova justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável.

Pensar no futuro significa olhar para o PNE vigente (2014 a 2024) e analisarmos os fatores limitantes e os desafios ao cumprimento de suas metas nos últimos 10 anos. Entre os principais obstáculos está a falta de investimento adequado na educação, comprometendo a qualidade do ensino e a infraestrutura das escolas. Além disso, a falta de políticas efetivas para a valorização dos profissionais da educação e a ausência de um plano de carreira adequado contribuíram para o não cumprimento das metas.

Outro ponto crítico foi a desigualdade no acesso à educação de qualidade. Apesar das tentativas de universalização do ensino, ainda existem disparidades regionais, socioeconômicas e étnico-raciais que impedem o acesso equitativo à educação. A falta de políticas específicas para atender às necessidades de grupos vulneráveis, como negros, indígenas e quilombolas, também foi limitante.

A esperança, no entanto, irradiava o clima da Conferência, afinal, estavam na casa, pensada e criada por dois dos maiores mestres da educação brasileira: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. O patrono Paulo Freire, se fez presente nos discursos, os quais desejo serem expectativas bem anunciadas à efetividade para o novo PNE, diante dos limites identificados no Plano anterior.

E para que seja efetivo, é preciso que haja um aumento significativo no investimento em educação, destinando recursos para a melhoria da infraestrutura escolar, formação e valorização dos profissionais, e o desenvolvimento de programas e projetos que promovam a inclusão e a equidade. Investimento adequado pressupõe 10% do Produto Interno Bruto destinado a educação, da creche à pós-graduação, sem contingenciamentos ou ajustes fiscais, e com autonomia ao exercício de uma gestão transparente, participativa, e radicalmente democrática.

Pressupõe ainda a criação de um currículo mais flexível, que possibilite a adaptação às necessidades e interesses dos estudantes, ajudando-os a pensar e compreender as questões contemporâneas do Brasil e do mundo. É importante, portanto, que o currículo inclua várias dimensões do ensino e aprendizagem, a exemplo da tecnologia e inovação, educação socioambiental, saúde e bem-estar, globalização e interculturalidade, direitos humanos e justiça social, cidadania e participação, empreendedorismo e habilidades profissionais. A inclusão desses temas no currículo não deve ser isolada, mas integrada às disciplinas existentes, de forma interdisciplinar. E que a Educação integral, pressupõe a oferta de atividades complementares como esportes, artes, cultura e projetos de pesquisa ao desenvolvimento da cidadania.

Para tanto, exige maior ênfase na qualidade da educação por meio da adoção de práticas pedagógicas inovadoras, avaliação permanente dos processos formativos, com foco na criatividade, e incentivo à pesquisa e à extensão como competências, habilidades e atitudes à resolução dos problemas reais da sociedade. Pressupõe, sobretudo, a valorização dos professores com carreira digna, com salários compatíveis a nossa missão de educar para o desenvolvimento sustentável, com melhores condições de trabalho, ambiência saudável, respeitosa e atrativa ao bem-estar intra e extramuros das escolas e nas cidades universitárias.

Espero que o PNE, como instrumento importante para orientar as ações do governo na área educacional, saia da retórica para o mundo real. E que o Ministério da Educação e o Congresso Nacional se comprometam em respeitar as deliberações da Conferência Nacional de Educação e garantam que o novo Plano estabeleça políticas que atendam às demandas, garantindo o acesso igualitário à educação e promovendo a valorização da diversidade e da pluralidade de pensamento. Somente através de um compromisso coletivo será possível construir uma educação integral, laica e referenciada aos desafios contemporâneos, garantindo aos cidadãos brasileiros o direito a uma educação de qualidade.

Alagamentos na Asa Norte e UnB

» SERGIO KÓIDE
Engenheiro civil pela Universidade de Brasília, especialização em engenharia de terminais e Oleodutos pela Petrobras

Temos observado, com frequência crescente, a ocorrência de alagamentos na Asa Norte do Plano Piloto. As áreas mais atingidas têm sido as quadras 1 e 2 abaixo do Eixo Rodoviário, a 510 Norte e a UnB. O Plano Piloto foi dotado de rede de drenagem de águas pluviais desde a sua construção. Por que, então, ocorrem os alagamentos? Podemos atribuir isso à forma de ocupação das áreas, à forma de construir os prédios, aos critérios de projeto de sistemas de drenagem e à ocorrência de precipitações de grande intensidade.

O Plano Piloto, apesar de possuir muitas áreas verdes, esses espaços não foram e não estão sendo adaptados para reter as águas de chuva. Em toda a cidade, grandes áreas são ocupadas por estacionamento sem nenhum cuidado em reter as águas. Medidas nesse sentido têm sido adotadas em muitas cidades no Brasil e no Mundo, mas não em Brasília. Os estacionamentos do Estádio Mané Garrincha são os maiores responsáveis pelos alagamentos das quadras do trecho 1 e 2.

Muitos prédios são construídos sem levar em conta que eles precisam estar em harmonia com as águas de chuva. É comum a construção de prédios em depressões ou prédios que impedem o fluxo das águas. Isso se observa na 510 Norte, onde diversos edifícios foram construídos com seu piso térreo mais de um metro acima do nível da Avenida W3, formando uma barreira à passagem das águas, exatamente no trecho da W3 em que há convergência das águas nos dois sentidos — o

fundo do vale. Isso também ocorre na UnB, onde o ICC, prédio com centenas de metros de comprimento, foi construído exatamente paralelo às curvas de nível, formando uma barreira à passagem das águas.

É importante destacar que o ICC teve o sistema de drenagem ampliado, com auxílio da Novacap, quando ocorreu o alagamento do ICC em 2009. No entanto, o sistema não é capaz de absorver a água que vem das quadras da Asa Norte, cujo sistema de drenagem também está subdimensionado. Sem múltiplas barreiras, boa parte das águas da área de contribuição acaba chegando no campus e, em seguida, no ICC, escoando pela superfície sem ser captada pela rede de drenagem.

O sistema de drenagem do Plano Piloto, pela época em que foi concebido, seguia critérios de projeto vigentes à época, em que as precipitações de projeto eram calculadas com tempo de recorrência de 5 anos. E o pior, não havia séries de registros de chuvas em Brasília e, portanto, as obras foram projetadas com chuvas de outros lugares. Hoje, o tempo de recorrência utilizado em novos projetos é de, pelo menos, 10 anos. É importante observar que a engenharia admite que o sistema tem uma capacidade limitada de operação e a possibilidade dele não ser capaz de suportar o fluxo das águas nos eventos extremos.

Finalmente, será que os últimos eventos de precipitação foram realmente intensos? Os dados de chuva registrados no prédio SG 12, no Campus

Darcy Ribeiro, em 9 de fevereiro mostram que em 30 minutos choveu 70mm, o que representa um tempo de recorrência de cerca de 50 anos. Essa estimativa é baseada em dados de chuva obtidos nas décadas de 1980 a 2000. Diversos estudos em nível mundial têm indicado um aumento da frequência de ocorrência de chuvas intensas utilizadas normalmente em projetos de drenagem: com as mudanças climáticas os alagamentos tendem a ser mais frequentes.

Até onde é do conhecimento geral, o GDF não tem realizado esforços no sentido de utilizar soluções de controle das águas de chuva na fonte, como na maioria das grandes capitais. A grande solução proposta pelo governo é o Projeto Drenar DF. Na Asa Norte, esse projeto prevê obras em duas das três grandes áreas de drenagem. As obras em andamento, mais próximas ao Eixo monumental, melhorarão a drenagem principalmente da área das quadras 1 e 2. O outro conjunto de obras previsto no Drenar DF beneficiará a área do chamado eixo 10-11, que deve melhorar a drenagem da W3 nos trechos próximo à 510 e das quadras 10 e 11 da Asa Norte.

E a UnB? Não há previsão de nenhuma obra no sentido de melhorar a drenagem das quadras a montante do Campus Darcy Ribeiro. Essas águas continuarão a invadir campus e, se não forem construídas barreiras a essas águas, os alagamentos dos prédios continuarão e, provavelmente, com frequência cada vez maior.